

A INFLUÊNCIA DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE PARA A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SERRINHA – BAHIA

Franciele Queiroz Matos¹; Onildo Araujo da Silva²

1. Bolsista PROBIC. Graduanda em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: francieleqm@hotmail.com

2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: fssilvafs@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:Planejamento, gestão, território

INTRODUÇÃO

O planejamento da administração pública do estado da Bahia tendo como base os Territórios de Identidade foi implantado a partir de 2007, com consequente divisão do estado em 27 territórios. Inserido no Território do Sisal, o município de Serrinha é o foco principal da pesquisa que realizamos, visto que através da análise dos projetos e programas executados pelo governo do estado da Bahia em Serrinha, pode-se compreender quais os critérios utilizados pelo governo do estado para inserir o município no Território do Sisal, e a influência dessa inserção para a gestão municipal.

Também pretendemos identificar as repercussões do planejamento territorial realizado pelo governo do estado da Bahia no município de Serrinha, analisando a perspectiva dos gestores municipais e a adequação da inserção do município de Serrinha no Território do Sisal. Além disso, averiguamos a execução dos projetos governamentais derivado da inserção do município de Serrinha no Território do Sisal para compreender seus reatamentos espaciais.

Logo, essa investigação, além de contribuir para a prática de pesquisa, pode fornecer para a população do município um conhecimento de como está ocorrendo o planejamento da administração pública na esfera municipal.

MATERIAIS E MÉTODOS



DISCUSSÃO

O município de Serrinha foi de extrema importância para comercialização do sisal no território de identidade do sisal. Os principais fatores que comprovam esta afirmação são: sua dimensão e disposição geográfica, próximo a municípios que cultivam o sisal e próximo a Feira de Santana, um entreposto comercial; o fato de ser a sede de diversos organismos do governo estadual e sediar por muito tempo a única agência do Banco do Brasil na região, tornando-se base de armazenagem de safras adquiridas pelo BB; as relações culturais que são semelhantes a outros municípios do território e o sentimento de pertencimento da população do município ao território do sisal. Portanto segundo os gestores do município a divisão dos territórios de identidade contribuiu para a cidade adquirir o reconhecimento estadual; na identificação de prioridades temáticas a partir da realidade local; no firmamento de parceria com órgãos públicos; na integração com os movimentos sociais dinamizando assim a chegada de ações para o município, possibilitando o desenvolvimento do município com as demais regiões.

Quanto aos projetos e programas implementados em Serrinha, é importante salientar inicialmente como funciona a dinâmica do governo Federal, Estadual e municipal para se compreender como estes fatores se interligam. As parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal são transferidas para estados, Distrito Federal e municípios, conforme estabelecido na Constituição Federal são chamadas de Transferências Constitucionais, sendo as principais: O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (art. 159, da Constituição Federal); os recursos dos Fundos provêm da arrecadação das receitas do Imposto de Renda - IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. Há recursos que são distribuídos de “fundo a fundo”, que é um repasse de valores de forma, regular e automática, diretamente do Fundo para os Estados, Municípios e Distrito Federal e existem recursos que não possuem repasse direto, neste último os municípios e as organizações podem realizar alguma interferência para sua liberação.

Desta forma o Consórcio Regional (CODES-Sisal) encaminha demandas para ampliar ações referenciais já desenvolvidas por algumas organizações. Em 2003 com a criação da Secretária de Desenvolvimento Territorial ligada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) o CODES Sisal foi reconhecido como uma entidade de caráter articulador, passando a funcionar como Colegiado Territorial, possibilitando a discussão de políticas públicas. O conselho conta com a participação formal de representantes de vinte prefeituras municipais, vinte representantes de entidades da sociedade civil e o apoio de quinze entidades governamentais e não-governamentais que atuam dentro do território. O processo de planejamento e gestão das políticas que visa à promoção do desenvolvimento sustentável do Território do Sisal, estimulados e coordenados pelo CODES Sisal, resultou na elaboração participativa do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS que dá apoio técnico ao planejamento territorial através de propostas, planejamento de programas e projetos que condizem com a real necessidade do Território. De acordo com a demanda do território e com o que é ofertado pelo Governo são realizadas reuniões do Conselho que discutem quais ações pode-se aplicar a determinado município.

Assim quando um programa é implementado em um município levando resultados satisfatórios, este através de discussões geradas pelo Conselho pode ser inserido em outros municípios do território que necessitam de demandas semelhantes para seu desenvolvimento. Os programas e projetos que chegaram ao município de Serrinha via Território de identidade do sisal, são: Caminho da escola, Proinfância, o Mercado da Agricultura Familiar do Território do Sisal, Entreposto do Mel e a EFA – Escola Família Agrícola de Segundo Grau, estes estão em andamento; a EFA vem ganhando repercussão no município, já que está esperando a liberação dos recursos do governo para começar a ser executado e visa conseguir

a formação integral dos alunos e a promoção do meio rural proporcionando o fortalecimento e viabilidade da agricultura familiar no município o que é importante para incentivar a população rural que é de aproximadamente 39% (IBGE, 2010) a permanecer no meio rural e se desenvolver economicamente através dele.

Posto os programas e projetos que estão em andamento começa a se observar pequenas mudanças no município depois que o Governo do Estado da Bahia passou a reconhecer os 27 territórios de identidade como critério de planejamento, para a chegada destes projetos primeiro foi importante o reconhecimento dos territórios, além disso a partir desta delimitação torna-se possível uma estruturação dos órgãos estaduais, para estes firmarem parcerias entre si, contudo concordando com o depoimento do representante do CODES Sisal, é um processo lento que requer tempo, por que se “desligar” de um órgão, por exemplo uma Diretoria Regional de Saúde e ir pra outra é processual e demanda recurso. Quanto a integração dos movimentos sociais, esta ainda é mínima, mesmo o PPA-P sendo participativo, na prática ele foi apenas consultivo e acabou não sendo executado da forma esperada pela população, além do fato de alguns representantes do município que foram consultados não estarem conscientes das reais necessidades do município (segundo consta o depoimento de um representante da sociedade civil, realizado no dia 15/03/2012). Não há maior facilidade das ações chegarem ao município como afirma a representante da secretaria de agricultura, há uma maior integração e articulação entre estes, facilitando o planejamento de ações em municípios que possuem necessidades semelhantes, por conterem características parecidas.

A identificação das prioridades temáticas citada pelo representante de Infra-estrutura, é uma inovação que dinamiza a prática de ações nos municípios, de modo que possibilita solucionar os problemas mais imediatos da sociedade. Entretanto as mudanças são poucas quando comparadas com as demandas realizadas pelo Conselho; o número de programas executados são mínimos, pode-se dizer que trata-se de uma mudança realizada em etapas, sendo que a atual é uma modificação estrutural e uma inovação ao permitir o acesso, mesmo que mínimo, da sociedade na realização de planos, estratégias responsáveis pelo desenvolvimento do município. Discordando do representante da secretaria de agricultura, sobre o critério que este apresentou a inserção do município não se deve ao clima, este é uma característica comum entre municípios inseridos no território, contudo a relação com o sisal é a que prevalece, pois Serrinha mesmo que indiretamente como foi mostrado anteriormente, contribuiu para o desenvolvimento da cultura do sisal.

Quanto ao fato do Prefeito do Município de Serrinha Osni Cardoso fazer parte do Partido dos trabalhadores (PT), que está atuando nas três esferas do governo (Federal, Estadual, Municipal) dinamizar a aprovação e execução de projetos e programas, como afirma o representante da secretaria de Infra-estrutura os Programas e Projetos do Governo Federal e do Governo Estadual estão abertos para que as prefeituras participem independentemente se determinada prefeitura é partidária ou não do Governo, ou se faz parte da base aliada, contudo discordo com o representante quando este afirma que não dinamiza a execução de projetos, já que ser do mesmo partido facilita o planejamento visto que gestores do mesmo partido possuem uma coerência ideologia, objetivos semelhantes, que contribui para a dinâmica de elaboração e execução de projetos, não sendo do mesmo partido, pode haver maior discordância em aplicar determinada ação no município se não for posto como prioridade para o integrante do partido da oposição, neste caso, contribui pode atrasar ou prejudicar a realização de projetos e programas.

CONCLUSÃO

Um planejamento estatal não traz resultados imediatos trata-se de uma mudança processual que requer tempo para se obter resultados satisfatórios, deste modo a ação o planejamento do Estado da Bahia através do recorte do estado em 27 territórios de identidade ainda não se desenvolveu o suficiente no município de Serrinha para gerar os resultados almejados, os projetos e programas voltados para as prioridades locais ainda estão em andamento, a quantidade destes é mínima em comparação com a necessidade do município, contudo o planejamento está firmando suas bases, organizando o território de modo que este possa se desenvolver futuramente, se este for realizado conforme o PPA-P pode minimizar os problemas da população, se preocupando com os anseios e as necessidades desta, contribuindo para um administração estatal que beneficie tanto o governo quanto a população.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BAHIA – SECRETÁRIA DA CULTURA **Perfil do território de identidade sisal. Conferências territoriais** Salvador, 2009.
- BAHIA. Plano Plurianual (2008-2011). Salvador, 2008.
- BAHIA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável no Sisal-CODES, 2010.** Disponível em http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio043.pdf Acesso 07/01/2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em: 22 mar.2009.
- BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. 2ed. Ed. Unijuí :Ijuí, 2007.
- CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. **Conhecendo Serrinha: História e Geografia.** Feira de Santana:UEFS:SEPLANTEC,1998.90p.
- CODES-SISAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal.** Valente, 2004. CODES-SISAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal.** Valente, 2007.
- CODES-SISAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal.** Valente, 2010.
- COELHO NETO, A. S. SANTOS, E. C. SILVA, O. A. (organizadores). **(Geo)grafias dos movimentos sociais.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.
- FRANCO, T. P. **Serrinha, a colonização portuguesa numa cidade do Sertão da Bahia.** Ojuobá, 2008.
- MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND.** Dissertação (Mestrado em Ciências).- Universidade de São Paulo. Escola Superior de agricultura “Luíz de Queiroz”, Piracicaba, 2002. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/> Acesso 23/01/2012.
- SOUZA, Éder Júnior Cruz de. **Políticas Territoriais do Estado da Bahia: Regionalização e Planejamento.** 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Fundação Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia Salvador, 2008.